Em 4 de Julho de 2005 foi nomeado delegado regional da Cultura do Algarve.

Desde 9 de Março de 1996 até 4 de Julho de 2005 foi consultor para os assuntos culturais da Casa Civil do Presidente da República, desempenhando funções na elaboração de análises e pareceres, estudos e projectos de carácter geral e especializado, na coordenação interna e externa de assuntos no âmbito da assessoria para os assuntos culturais, e participou no processo de criação do Museu da Presidência da República.

É técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Faro do Instituto Português do Património Arquitectónico. Desempenhou funções no Gabinete de Instalações e Equipamentos de Saúde do Ministério dos Assuntos Sociais, no Serviço de Inspecção do Instituto Português do Património Cultural, no Instituto Cultural de Macau, no Gabinete do Secretário Adjunto para a Educação e Saúde, no Gabinete do Governador de Macau, na Lisboa 94 — Capital Europeia da Cultura, S. A., foi assessor sénior na área da intervenção urbana. Foi consultor e projectista de empresas privadas e públicas nos campos da engenharia e da cultura.

É membro da Associação de Estudos Portugueses, da Associação Portuguesa de Engineering Hospitalar, estando credenciado profissionalmente na Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, na Direcção-Geral da Energia e na Autoridade Nacional de Comunicações — ANACOM.

Publicou trabalhos no domínio da história da arte e colaborou em revistas especializadas. Tem desenvolvido projectos nas áreas da electrotecnia, instalações especiais e luminotecnia museológica para edifícios, museus e monumentos.

Colaborou em projectos culturais e de revitalização urbana, como «O caminho do Oriente», realizado no âmbito da Expo 98, apresentou conferências, participou em seminários, congressos nacionais e internacionais e leccionou em cursos especializados e de mestrado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18 669/2007

O Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, criou o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E. (entidade pública empresarial), por fusão do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) com o Hospital D. Estefânia e o Hospital de Santa Marta, E. P. E.

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, os Estatutos do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., são os publicados em anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, com as especificidades estatutárias que constam do anexo ao decreto-lei acima referido.

Assim, de acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., o fiscal único e o fiscal único suplente são nomeados, pelo período de três anos, por despacho do Ministro das Finanças.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., são nomeados, para o triénio 2007-2009, os seguintes membros:

Fiscal único — Vítor Almeida & Associados, SROC, L.ª, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 191 e com sede na Rua de Augusto Macedo, 10-C, escritório 3, 1600-794 Lisboa;

Fiscal único suplente — Maria Ema Assunção Palma, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 1287 e residente na Estrada do Paço do Lumiar, 65-B, 7.º, F, 1600-025 Lisboa.

18 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 18 670/2007

O Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, criou o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E. (entidade pública empresarial), por fusão do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e do Hospital Nossa Senhora da Ajuda — Espinho.

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, os Estatutos do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E., são os publicados em anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, com as especificidades estatutárias que constam do anexo ao decreto-lei acima referido.

Assim, de acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E., o fiscal único e o fiscal único suplente são nomeados, pelo período de três anos, por despacho do Ministro das Finanças.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E., são nomeados, para o triénio 2007-2009, os seguintes membros:

Fiscal único — Álvaro, Falcão & Associados, SROC, inscrita na OROC com o n.º 62, representada pelo Dr. José Milheiro de Oliveira Barbosa, ROC n.º 474;

Fiscal único suplente — Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão, ROC n.º 148.

18 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 18 671/2007

O Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, criou o Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E. (entidade pública empresarial), por fusão do Hospital Conde de São Bento — Santo Tirso com o Hospital São João de Deus, E. P. E.

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, os Estatutos do Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E., são os publicados no anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, com as especificidades estatutárias que constam do anexo ao decreto-lei acima referido.

Assim, de acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E., o fiscal único e o fiscal único suplente são nomeados, pelo período de três anos, por despacho do Ministro das Finanças.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E., são nomeados, para o triénio de 2007-2009, os seguintes membros:

Fiscal único — João Araújo & Associados, SROC, inscrita na OROC com o n.º 142, NIPC 503706582 e com sede no Campo de 24 de Agosto, 129, 7.º, sala 704, no Porto, representada pelo Dr. João Luís Almeida Mendes de Araújo, ROC n.º 933, com domicílio na Rua do Monte dos Burgos, 905, AS, no Porto;

Fiscal único suplente — Santos Carvalho & Associados, SROC, inscrita na OROC com o n.º 71, NIPC 502270136 e com sede no Campo de 24 de Agosto, 129, 7.º, no Porto, representada pelo Dr. António Augusto dos Santos Carvalho, ROC n.º 16, com domicílio na Rua de Gil Vicente, 51, São Gemil, em Pedrouços.

18 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 18 672/2007

O Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, conferiu a natureza de entidade pública empresarial ao Centro Hospitalar de Coimbra, até então integrado no sector público administrativo.

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, os Estatutos do Centro Hospitalar de Coimbra E. P. E., são os publicados em anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, com as especificidades estatutárias que constam do anexo ao decreto-lei acima referido.

Assim, de acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., o fiscal único e o fiscal único suplente são nomeados, pelo período de três anos, por despacho do Ministro das Finanças.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., são nomeados, para o triénio 2007-2009, os seguintes membros:

Fiscal único — Vítor Valente & Manuel Domingues, SROC, inscrita na OROC com o n.º 142, NIPC 503847844, com sede na Rua do Dr. José Henriques Vareda, 30, 2.º, direito, em Lisboa, representada pelo Dr. Manuel Duarte Domingues, ROC n.º 824, casado, com domicílio profissional no Largo de 25 de Abril, 4, 3.º, escrit. 2, apartado 255, em Pombal;

Fiscal único suplente — Dr. Vítor Manuel Simões Valente, ROC n.º 708, divorciado, com domicílio profissional na Rua do Dr. José Henriques Vareda, 30, 2.º, direito, em Leiria.

18 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho n.º 18 673/2007

O Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro, criou a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, Entidade Pública Empresarial (E. P. E.), que integra o Hospital Dr. José Maria Grande, de Portalegre, o Hospital de Santa Luzia de Elvas e os centros de saúde do distrito de Portalegre, aprovando os respectivos Estatutos.

De acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., publicados em anexo ao mencionado Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de Fevereiro,